

Portal da CUT

Trabalhadores da Cagepa rejeitam proposta e decidem manter greve por tempo indeterminado na Paraíba

08/07/2014

Categoria seguirá em luta por melhores condições de trabalho e reajuste salarial digno

Escrito por: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas da Paraíba - Stiupb

Os trabalhadores da Cagepa decidiram na manhã desta segunda-feira (7) que vão continuar em greve por tempo indeterminado na Paraíba. A decisão de manutenção da greve foi tomada em assembleias realizadas nas regionais da Cagepa no Estado (exceto João Pessoa). A categoria está em greve, desde o dia 16 de junho, lutando por melhores condições de trabalho e por um reajuste salarial de 15% e aumento de 27% no ticket alimentação.

Nas assembleias a maioria dos trabalhadores rejeitou a proposta de Acordo Coletivo de Trabalho 2014/2016 que foi sugerida na última sexta-feira (4) no Tribunal Regional do Trabalho- 13º Região.

"A categoria não abre mão de um reajuste salarial real, não aceitamos esse reajuste de 6,54% que foi proposto pela empresa, pois não condiz com as necessidades da classe trabalhadora que, nos últimos anos, só vem tendo perdas em relação ao salário mínimo. Em relação aos pontos das cláusulas sociais que foram propostos, não ocorreu nenhum avanço, pois todos eles já estão previstos em lei. Então continuamos na luta, pois só conquista quem luta!", afirmou Wilton Maia Velez, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas da Paraíba (Stiupb).

A proposta que foi rejeitada trazia os seguintes pontos: 1) Manutenção das cláusulas anteriores com avanços nas cláusulas sociais, 2) Pagamentos do adicional de periculosidade aos motoqueiros, 3) Licenças maternidade de 180 dias, 4) Cumprimento das NRs no que diz respeito ao fornecimento de EPIs adequados, 5) Reajuste dos valores das diárias, 6) Abono dos dias da greve, 7) reajuste de 6,54% nos salários, 8) ticket alimentação no valor de R\$ 650, 9) o trabalhador arcar com 4% do reajuste de 8,5% do plano de saúde.

Canal Energia

Eletronuclear vai notificar Andrade Gutierrez extra judicialmente por demissões no canteiro de Angra 3

Contrato da montagem eletromecânica ainda não foi assinado, segundo a companhia

Carolina Medeiros, da Agência CanalEnergia, Negócios e Empresas

08/07/2014

A Eletronuclear está tomando as medidas cabíveis contra a redução de pessoal realizada pela construtora Andrade Gutierrez no canteiro de obras da usina de Angra 3. A empresa já encaminhou carta para o 4º Ofício de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro para notificar extra judicialmente a empreiteira e a expectativa, segundo a companhia, "é que o bom senso prevaleça". A intenção é encontrar um denominador comum para resolver a questão.

A estatal informou em nota à *Agência CanalEnergia* que a demissão de pessoal e desmobilização de equipamentos antes que as negociações para repactuação das condições contratuais fossem concluídas, foi tomada pela construtora de forma unilateral. "Fomos surpreendidos com a desmobilização no meio da negociação", afirma a empresa, que diz que no dia 30 de abril deste ano haviam 2.365 empregados na obra e em 30 de junho, o número caiu para 668.

"A Eletronuclear não tem e nunca teve ao longo da execução das obras civis de Angra 3 qualquer dívida com a construtora Andrade Gutierrez. Todos os serviços executados foram pagos rigorosamente de acordo com as condições contratuais. Pleitos feitos pela empresa não podem ser considerados como 'dívidas' da Eletronuclear sem que tenham sido avaliados, aprovados e regularizados através dos necessários aditivos contratuais, conforme determina a lei", declarou a empresa. A Andrade Gutierrez afirmou a reportagem que não sairá do projeto de construção da usina.

"Atualmente, o contrato (incluindo seus aditivos) está em fase de repactuação com o contratante", disse em curta nota enviada.

A expectativa da Eletronuclear é acelerar o ritmo das obras civis de forma a proporcionar as melhores condições para o desenvolvimento dos serviços de montagem, considerando a frente de trabalho já hoje existente decorrente das liberações de autorizações de concretagem obtidas junto à Comissão Nacional de Energia Nuclear. Os serviços de montagem eletromecânica deverão se desenvolver concomitantemente com a execução dos serviços remanescentes de obras civis, segundo a companhia. No entanto, o contrato para a montagem eletromecânica, que envolve cerca

de R\$ 2,8 bilhões, ainda não foi assinado com os consórcios vencedores - UNA 3 e Angra 3 -, que resolveram se fundir.

"No momento, o processo de contratação encontra-se em apreciação final pelo Conselho de Administração da Eletronuclear. A assinatura dos contratos deve acontecer em breve", informou a empresa. Por enquanto, segundo a nota da Eletronuclear, a data oficial de previsão de início de operação comercial da usina continua maio de 2018. Mas o presidente da Eletronuclear, Othon Pinheiro, disse em junho à *Agência CanalEnergia* que a usina só deverá ficar pronta no segundo semestre de 2018.

Portal da CUT

Após aprovação do PNE, movimentos buscarão Lei de Responsabilidade Educacional

08/07/2014

LRE estipula punição a gestores caso não haja melhoria na Educação; PNE prevê aprovação da Lei no prazo de um ano

Escrito por: Henri Chevalier - CUT Nacional

O Plano Nacional de Educação (PNE) foi sancionado em junho, após forte movimentação da CUT e outras entidades sociais. Mas, mesmo com o Projeto garantindo importantes avanços, José Celestino Lourenço, o Tino, secretário nacional de Formação da CUT, atenta que ainda falta um documento que atribua sanções para quem não cumprir diretrizes que melhorem a Educação no País. Com ele, os gestores públicos seriam obrigados a se comprometer com a melhoria dos índices educacionais.

"Nós vamos, a partir de agora, discutir para aprovar uma Lei de Responsabilidade Educacional. Nós temos a Lei de Responsabilidade Fiscal e queremos a de Responsabilidade Educacional", salienta Tino. Segundo as metas do PNE publicadas no Diário Oficial da União de 26/6/14, há o período de um ano para a aprovação da "Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na educação básica, em cada sistema e rede de ensino, aferida pelo processo de metas de qualidade aferidas por institutos oficiais de avaliação educacionais".

Tino destaca que há uma proposta no Congresso, mas não será de fácil tramitação. "Porque prevê a punição de governadores e prefeitos que não cumprirem com a destinação correta dos recursos para a Educação. Esse projeto é mais um elemento para a gente verificar o uso bem feito das verbas que serão destinadas às várias políticas, porque hoje há denúncias de desvios, como do FUNDEB, para questões que não são vinculadas diretamente ao ensino. E aí é claro que não avança a escola, a infraestrutura, e mesmo a valorização profissional", afirma o secretário CUTista.

A proposta a que Tino se refere é o Projeto de Lei nº 7.420/06. Segundo o artigo 4 do PL, caso não haja efetivo empenho do poder público na melhoria dos índices educacionais, os responsáveis podem ser enquadrados em crime de responsabilidade, infração político-administrativa e mesmo improbidade administrativa.

Os movimentos sociais da área debatem a iniciativa.

Avanços garantidos

A aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) no Congresso, em junho, é uma vitória dos movimentos sociais historicamente comprometidos com o avanço da qualidade da Educação no País. Para a CUT, o PNE garante grandes avanços a médio e longo prazo, sendo o maior deles a universalização da qualidade de Educação.

"O maior mérito do PNE é que universaliza a Educação de maior qualidade para o conjunto da população brasileira. Nesse quadro de desigualdades que nós temos no Brasil, ainda há quem queira escola pobre para pessoas pobres. O PNE vai no sentido contrário", afirma o secretário nacional de Formação da CUT.

Para o dirigente, outro papel importante do documento é dar parâmetros para outras instâncias da Federação construírem estratégias para a qualidade da Educação regional. "O Plano Nacional estava sendo aguardado para servir como referência para a elaboração de Planos Estaduais e Municipais de Educação. As diretrizes apontadas no PNE serão utilizadas e, assim, se constrói um sistema de Educação de qualidade", destaca Tino, para quem uma ação nacional articulada é fundamental para o sucesso das metas até 2024.

Portal da CUT

São Paulo sediará seminário sobre revisão de indicador biológico da exposição ao benzeno

08/07/2014

Atividade será no dia 22 de julho no Auditório da Fundacentro

Escrito por: CNQ - CUT

A Comissão Nacional Permanente do Benzeno (CNPBz), atenta para a necessidade de se atualizar o "protocolo para a utilização de indicador biológico da exposição ocupacional ao benzeno", promove um seminário aberto sobre o tema no próximo dia 22, em São Paulo.

Será a primeira de várias atividades que serão realizadas pela CNPBz para subsidiar o trabalho da Subcomissão encarregada de desenvolver a atualização do IBE deste agente, tendo em vista que o atual protocolo data de dezembro de 2001.

O seminário trará apresentações de trabalhos de pesquisadores sobre indicadores biológicos de exposição, projetos em andamento e suas aplicabilidades, propiciando uma importante troca de informações e conhecimentos sobre o tema entre os trabalhadores, sindicalistas, empresários, pesquisadores e profissionais interessados no tema.

A Comissão organizadora da atividade conta com a participação de dois dirigentes do ramo químico da CUT: o secretário de Saúde do Trabalhador da CNQ, Antonio Felipe Goulart, e o dirigente Deyvid Barcelar, da CNQ e FUP. Participam também a pesquisadora Arline Arcuri, da Fundacentro; Claudio Bello (Usiminas), Eduardo Barbosa (IBP), Jorge Marini (Abiquim), Jorge Machado (Ministério da Saúde), Lázaro de Souza (CTB) e Paulo Conceição (SRTE/BA).

O Seminário é aberto e as inscrições podem ser feitas no site da *Fundacentro*.

Serviço

Seminário Revisão do Protocolo para a Utilização de Indicador Biológico da Exposição Ocupacional ao Benzeno

Data: 22 de julho de 2014, das 9h às 17h30

Local: Auditório Fundacentro - Rua Capote Valente, 710 - Pinheiros - São Paulo/SP

E-mail: sev@fundacentro.gov.br

Portal da CTB

Emenda restabelece licença remunerada para mandato classista

O deputado Policarpo (PT-DF) apresentou nesta segunda-feira (7), emenda à Medida Provisória 650/2014 com objetivo de conceder licença remunerada aos servidores públicos no desempenho de mandato em entidade sindical.

A licença remunerada estava prevista no Projeto de Lei de Conversão (oriundo da MP 632/13), porém o dispositivo foi vetado pela presidenta Dilma Rousseff. A CTB, centrais sindicais e entidades representativas de servidores públicos já iniciaram os trabalhos para a derrubada do veto no Congresso Nacional. Porém, cientes da dificuldade em derrubar esse veto, especialmente no Senado Federal, alternativas estão sendo tomadas para restabelecer a licença remunerada.

A Emenda 37, apresentada por Policarpo, tem a seguinte redação:

"O art. 92 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 92. É assegurado ao servidor o direito à licença para o desempenho de mandato em central sindical, confederação, federação, associação de classe de âmbito nacional, sindicato representativo da categoria ou entidade fiscalizadora da profissão ou, ainda, para participar de gerência ou administração em sociedade cooperativa constituída por servidores públicos para prestar serviços a seus membros, observado o disposto na alínea c do inciso VIII do art. 102 desta Lei, conforme disposto em regulamento e observados os seguintes limites:

3º No caso das entidades sindicais, inclusive as centrais sindicais, as liberações ocorrerão com ônus para a administração pública."

MP 650

A MP 650 dispõe sobre a reestruturação da carreira da Polícia Federal (PF) e sobre a remuneração da carreira de Perito Federal Agrário. A medida provisória será analisada em Comissão Mista, integrada por deputados federais e senadores, antes de ser votada no Plenário da Câmara dos Deputados e, posteriormente, pelo Plenário do Senado Federal.

Seguindo a regra de alternância de presidência e de relatoria, a comissão mista, que ainda não foi instalada, será presidida por um deputado e a relatoria ficará sob a responsabilidade de um senador.

De Brasília, Ludmila Machado - Portal CTB

Portal da CTB

Bahia é o estado com mais acidentes de trabalho

Mais um dado para lamentar. A Bahia é o estado brasileiro com maior número de acidentes de trabalho. Foram 23.934 casos registrados, segundo o Relatório Anual de Informações Sociais, divulgado pelo Ministério do Trabalho e Emprego com base nos dados de 2010. Contabilizando 119 mortes no mesmo ano, o estado também lidera os acidentes fatais no trabalho.

Outro dado alarmante, ainda segundo o relatório, refere-se ao número de empregados invalidados: foram registrados 1.268 casos entre os baianos. De acordo com o INSS, somente em 2010, o instituto desembolsou R\$ 362 milhões em processos trabalhistas na Bahia.

Os números do MTE confirmam as denúncias constantes da CTB Bahia e dos sindicatos filiados, que cobram maior investimentos das empresas em segurança e melhores condições de trabalho.

Agência Brasil, 08/07/14

Sem acordo, motoristas de João Pessoa mantêm greve

Paulo Victor Chagas – Repórter da Agência Brasil Edição: Beto Coura

O presidente do Sindicato dos Motoristas de João Pessoa, Antônio Pádua, considerou um “absurdo” a decisão do Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba (TRT) de determinar que 60% dos trabalhadores continuem em atividade, durante a greve iniciada nessa segunda-feira (7).

De acordo com ele, a legislação sobre paralisações prevê que 30% dos trabalhadores mantenham os serviços essenciais. A decisão da Justiça, anunciada na noite de ontem, não declara a greve abusiva. Segundo o sindicalista, mais de 60% dos ônibus voltaram a rodar hoje, obedecendo à determinação judicial.

Depois da reunião de hoje entre o sindicato e os representantes da empresa, mediada pelo TRT, os trabalhadores decidiram manter a greve, embora o sindicato patronal tenha aumentado a proposta de aumento salarial de 6,5% para 7%. Os rodoviários pedem reajuste de 14%. “Nós diminuímos para 11%, na mesa redonda de hoje, mas nem isso eles deram”, afirmou à *Agência Brasil*.

Organizado por Ernesto Germano